XVI CONSIND

Valorização profissional dos(as) trabalhadores(as) em educação: contra a terceirização e pelo direito ao descanso

Salvador | Bahia | 2013

CADERNO DE DELIBERAÇÕES

contee
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino

contee
Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino

DIRETORIA EXECUTIVA

Coordenação-Geral
Madalena Guasco Peixoto

Secretaria-Geral
Cássio Filipe Galvão Bessa

Secretaria de Finanças
Fábio Eduardo Zambon

Secretaria de Comunicação Social
Cristina Castro

Secretaria de Assuntos Educacionais
Adércia Bezerra Hostin

Secretaria de Formação
Wanderley Julio Quêdo

Secretaria de Políticas Sociais
José Jackson Bezerra

Secretaria de Organização Sindical
José Ribamar V. Barroso

Secretaria de Políticas Sindicais
José Carlos Arêas

Secretaria de Assuntos Jurídicos
João Batista da Silveira

Secretaria de Assuntos Institucionais
Nara Teixeira de Souza

Secretaria de Gênero e Etnia
Rita de Fraga Almeida Zambon

Secretaria de Políticas Internacionais
Maria Clotilde Lemos Petta

Secretaria da Saúde do Trabalhador
Luiz Gambim

Secretaria de Juventude
Rodrigo Pereira de Paula

DIRETORIA PLENA
Edson de Paula Lima
Juliano Pavesi Peixoto
Abigail Carvalho
Claudio Jorge
Angelo Lacerda Rocha
Claudio Eduardo dos Santos
Geraldo Porfírio Pessoa
Maria das Graças de Oliveira
Alan Francisco de Carvalho
Nivaldo Pinto Ferreira
João Marques da Fonseca Filho
João Jorge de Araújo Armênio
Cristiano Leon Martins
Ulrich Beathalter
Antonio Rodrigues da Silva
Ailton Fernandes
Manoel Henrique da Silva Filho
André Luiz G. Cunha
Tania Andrade Lima
Lygia Maria Batista Carreteiro
André Jorge Marcelino da Costa Marinho
Cesar Gomes Araújo
Gisele Vargas
Oswaldo Luiz Cordeiro Teles
Paulo Roberto Yamaçake
Maria Madalena Patrício de Almeida
Robson Terra Silva
Aparecida de Oliveira Pinto

CONSELHO FISCAL
Leonardo da Silva dos Santos Bastos
Idenes de Jesus Souza Cruz
Wilson Melo Sodré

Sumário

3 Programação

5 Regimento Interno

9 Conjunturas
10 Nacional
13 Internacional

20 Análise da conjuntura educacional brasileira

29 Sustentação financeira da Contee

32 Moções aprovadas

*Os textos destacados em azul se referem às propostas aprovadas pelo Consind

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino sob a coordenação da Secretaria-Geral e da Secretaria de Comunicação

Jornalista responsável: Táscia Souza
Fotos: Leandro Freire
Diagramação: Cláudio Gonzalez - Movimento Web a Artes Gráficas

DELIBERAÇÕES DO XVI CONSIND DA CONTEE

XVI CONSELHO SINDICAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

"VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS(AS) TRABALHADORES(AS) EM EDUCAÇÃO: CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO E PELO DIREITO AO DESCANSO"

Salvador/BA, 25, 26 e 27 de outubro de 2013

O XVI Conselho Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – Contee, realizado em Salvador (BA), teve como temática principal a "Valorização profissional dos(as) trabalhadores(as) em educação: contra a terceirização e pelo direito ao descanso".

PROGRAMAÇÃO

25 de outubro

Credenciamento - REPRESENTANTES: 12h às 18h
SUPLENTES: 18h às 20h

14h: Abertura.

14h15 às 15h30: Balanço da Campanha de Valorização Profissional e Domingo de Greve

15h30 às 16h: Regimento Interno

16h: Intervalo

16h30 às 19h: Conjuntura Nacional e Internacional

20h: Jantar

26 de outubro

9h às 10h30: Conjuntura Educacional (Conae/2014)

10h30 às 13h: Sustentação Financeira

13h: Almoço

14h30 às 17h: Plenária

17h: Encerramento

20h: Jantar e confraternização

27 de outubro

Domingo Livre

HB
EMAIL
A

REGIMENTO INTERNO

REGIMENTO INTERNO

Foi lido o Regimento e aprovado unanimemente, com apenas uma modificação para correção na linha 17 da página 6 do Caderno do XVI Consind: onde estava "São Paulo" foi alterado para "Salvador".

I - DA CONVOCAÇÃO

Art.1º – O XVI Conselho Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – XVI Consind - Contee – é convocado nos termos dos Estatutos e da Diretoria Plena da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - Contee.

II - DA SEDE E DURAÇÃO

Art.2º - O XVI Consind realiza-se nos dias 25, 26 e 27 de outubro em Salvador, Bahia.

III- DOS OBJETIVOS

Art.3º - O XVI Consind deve analisar, discutir e posicionar-se quando sobre questões constantes no edital de convocação e na programação detalhada.

IV - DO TEMÁRIO

Art. 4º - O XVI Consind contará com os seguintes temas:
a) Conjuntura Internacional e Nacional;
b) Avaliação e encaminhamentos da Campanha de Valorização Profissional;
c) Sustentação Financeira;
d) Conjuntura Educacional / Conae 2014;
e) Assuntos Gerais.

V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 5º- A programação do XVI Consind encontra-se de forma detalhada, juntamente aos demais documentos do XVI Consind.

VI - DA ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO

Art. 6º - O XVI Consind é promovido e organizado pela Contee, através de sua diretoria, com a colaboração de seus assessores e funcionários, sendo instalado e dirigido sob a coordenação de uma mesa diretora, formada pela Diretoria Executiva da Confederação.
§1º Após a sessão de abertura será discutido e aprovado o Regimento Interno.

Art.7º - À Mesa Diretora cabe conduzir as sessões plenárias, fazer cumprir este regimento, adotar todas as medidas atinentes ao bom desenvolvimento dos trabalhos, resolver as questões de ordem, apurar as votações e declarar resultados.
§1º A Mesa Diretora poderá pedir, em caso de dúvida, a identificação dos(as) representantes inscritos(as).
§2º Os componentes da Mesa Diretora não podem interferir nos assuntos em debate, a não ser para esclarecimentos, nem tão pouco interromper quem estiver no correto uso da palavra, dentro das normas regimentais.
§3º Os componentes da Mesa Diretora, que desejarem debater qualquer assunto em pauta, só poderão fazê-lo quando devidamente inscritos.
§4º A Mesa Diretora pode cassar a palavra do(a) orador(a) que se exceder no tempo fixado.

VII - DOS PARTICIPANTES E DO CREDENCIAMENTO

Art. 8º - O XVI Consind é constituído pelos componentes da Diretoria Plena, representantes das Federações e de todos os Sindicatos filiados e credenciados nos termos dos Estatutos, do Edital de Convocação publicado em 05/08/2013, no Diário Oficial da União, Seção 3, Nº 149, página 208.
§1º O início do credenciamento ocorre às 12 horas.
a) Dos(as) Representantes: término: 18 horas.
b) os(as) Suplentes: início: 18 horas e término: 21 horas. Os(as) suplentes somente poderão ser credenciados antes desse horário mediante declaração por escrito do(a) representante titular ou do(a) responsável pela representação da entidade.
c) Dos convidados e observadores – Os(as) convidados(as) e observadores(as) serão credenciados(as) no mesmo horário previsto para o credenciamento dos(as) representantes e serão credenciados(as) com crachá de identificação específico.

Art. 9º - Todo participante, no ato da inscrição, como representante ou observador(a), pagou a taxa de inscrição conforme Regimento de Convocação.

VIII - DAS PLENÁRIAS E TRABALHOS

Art. 10 - Os(as) representantes se reunirão em plenárias, nos horários estabelecidos, havendo uma mesa coordenadora dos trabalhos, cuja composição será indicada pela Diretoria Executiva da Contee.
§1º - Compõem as Plenárias: Exposição, debates e quando necessárias, as deliberações sobre os temas tratados no XVI Consind.
§2º - Nas plenárias os(as) representantes que usarem da palavra terão 05 (cinco) minutos para a intervenção.

Art.11 - Caberá à Mesa Diretora, no que couber, antecipadamente às votações, ler e sistematizar as propostas, de tal forma que apresente para deliberação da plenária as propostas comuns e divergentes.

Art.12 - Só será admitido, se impetrado, recurso de votação com a anuência da maioria absoluta dos(as) representantes credenciados(as) no Consind.

Art.13 - As apurações das votações serão por contraste, mediante a apresentação dos crachás, processo que poderá ser repetido, e, quando necessária, a apuração dar-se-á por contagem individual dos votos.

Art.14 - Nas plenárias, questões de ordem e de encaminhamento poderão ser solicitadas, por qualquer representante, desde que sejam apresentados antes do início do processo de votação.

Art.15 - As moções deverão ser apresentadas por escrito à Mesa Diretora, até às 12 (horas) do dia 26 (vinte e seis) de outubro, e subscrita por, pelo menos, 10% dos(as) representantes credenciados(as).

Art.16 - A Diretoria da Contee elaborará, divulgará e encaminhará, a todas as entidades filiadas, um relatório final no qual constarão as decisões aprovadas no XVI Consind.

Art.17 - Todos os itens aprovados nas Plenárias do XVI Consind e que não contrariam deliberações congressuais têm caráter de decisão para a Confederação, comprometendo-se os membros da Diretoria da Contee a lavrá-los em atas, bem como a implementá-los.

Art.18 - O presente Regimento Interno entra em vigor após aprovado pela Plenária de Abertura.

Salvador, 25 de outubro de 2013.

Terceirização
Ensino Privado

Salvador | Bahia | 2013

CONJUNTURAS INTERNACIONAL E NACIONAL

Do nosso VIII Congresso até o nosso XIV Consind já se passou mais de um ano. Precisamos, portanto, atualizar nossa análise sobre as conjunturas nacional e internacional, fator fundamental de nossa orientação política.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Quinze trilhões de dólares. Essa é a cifra correspondente aos recursos financeiros consumidos desde 2007 – quando se iniciou, nos EUA, a atual crise do capitalismo, que posteriormente atingiu a Europa – para salvar os bancos e o sistema financeiro em todo o mundo.

Nessa cifra estão embutidas as contradições do sistema capitalista. Durante as décadas de 1990 e 2000, os defensores do neoliberalismo insistiram na pregação em defesa da liberalização do "mercado" e do Estado mínimo. No entanto, frente à crise provocada pelo capital financeiro especulativo e pela liberalização de mercado, valem-se de recursos públicos e da intervenção governamental para salvar bancos e grandes empresas falidas. O chamado tsunami monetário, que acirra a guerra cambial e comercial e a explosão da dívida pública e dos desequilíbrios fiscais e comerciais na Europa e EUA, é um dos efeitos colaterais da crise.

O socorro dado a tais instituições financeiras agravaram os problemas provocados pela crise à sociedade. Os recursos financeiros que são desviados para salvar o sistema capitalista são usurpados da classe trabalhadora, a qual tem sido atingida com golpes violentos pela crise provocada pelo capital em função do desmanche do Estado de Bem-Estar Social que ainda sobrevivia, de formas diferenciadas, nos vários países europeus.

O decadente capitalismo praticado na Europa já não é compatível com a manutenção da soberania das nações. No velho continente, países como Grécia, Portugal, Irlanda e Espanha, entre outros, têm sido subjugados pelas exigências da troika (FMI, Banco Central Europeu e União Europeia) e perderam a soberania sobre as políticas monetária, cambial e fiscal. A finalidade é justamente desmantelar o Estado de Bem-Estar Social a fim de reduzir o custo do trabalho para recompor e ampliar os lucros capitalistas, recuperar competitividade e enfrentar a concorrência asiática. Contudo, a receita neoliberal da troika só faz agravar a crise em toda a região europeia, especialmente nos países mais endividados.

Para combater os pacotes ditados pelo FMI, os trabalhadores gregos, portugueses, espanhóis e de outros países atingidos realizaram dezenas de greves gerais e manifestações de massa nos últimos anos. O movimento sindical, que nos anos 1990 sofreu com a ascensão agressiva do neoliberalismo no mundo, voltou a se colocar agora como protagonista da resistência à receita recessiva da troika.

Um ataque violento aos trabalhadores

As consequências de todo esse processo são a redução dos salários, o desemprego em massa (que na Grécia e na Espanha atinge mais de 50% dos jovens), o aumento da jornada de trabalho, as privatizações, a flexibilização dos contratos, o aumento de impostos para os mais pobres, os cortes nos gastos governamentais e a precarização dos serviços públicos e dos direitos básicos dos cidadãos, que afeta substancialmente a Previdência Social e o sistema público de educação.

Houve, como efeito, um acirramento da luta de classes, desmontando a concepção equivocada dos que antes alardeavam a ideia de que a centralidade entre capital e trabalho havia se esgotado e de que ela – a luta de classes – não era mais capaz de explicar a ação política.

Uma nova ordem geopolítica

Embora seja global, a crise se manifesta de maneiras distintas nas diferentes nações, como diversos são os efeitos do desenvolvimento de cada região do planeta. Os maiores danos foram sentidos na Europa, especialmente nos países naufragados na dívida externa e submetidos à troika, além dos Estados Unidos e do Japão. Na China, em contrapartida, embora tenha havido uma desaceleração do crescimento, não ocorreu estagnação e o PIB registrou expansão média de 9% ao ano desde 2007. Aliás, com exceção do Japão, todo o continente asiático se saiu bem da crise até agora.

Esse fortalecimento do poderio econômico da China, há décadas em ascensão, atrelado ao declínio dos EUA e da Europa, evidencia a aceleração do deslocamento do poder econômico global do Ocidente para o Oriente. A China já é a maior potência industrial e comercial do mundo, fato que repercute na geopolítica e na balança do poder mundial, pois reflete o processo de esgotamento da

ordem econômica imperialista oriunda dos acordos celebrados em Bretton Woods (EUA, 1944), que sacramentaram a hegemonia estadunidense.

Há, portanto, um entrelaçamento da crise econômica com uma crise geopolítica, que chegam a se fundir e confundir. Esse quadro exige uma nova ordem geopolítica e, em certa medida, o mundo já vive um processo de transição nessa direção. Prova disso foi a criação e consolidação dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) como bloco econômico e político que já responde por mais de 50% do crescimento mundial.

Há evidências da construção de um novo sistema monetário nos acordos celebrados recentemente na cúpula da África do Sul para a realização de transações comerciais e financeiras com base nas moedas próprias, excluindo o dólar, e para a criação de um banco de desenvolvimento e um fundo monetário dos Brics. Tais estratégias demonstram a adoção de novas articulações econômicas e de criação de instituições alternativas à atual ordem, fundada na hegemonia do dólar e em órgãos como o FMI e Banco Mundial, os quais foram erguidos sobre a égide do imperialismo norte-americano e europeu.

A América Latina no contexto mundial

A transição para uma nova ordem mundial encontra eco exemplar no atual cenário político latino-americano, sobretudo a partir das eleições de vários líderes progressistas, começando por Hugo Chávez, na Venezuela, em 1998. A mudança no poder demonstra o declínio econômico e político dos EUA na região, embora, em termos econômicos, tenha havido um avanço nas negociações com a China. Mesmo assim, o crescimento das relações comerciais e financeiras com a China (que desde 2009, depois de deslocar os EUA, é a principal parceira do Brasil), a despeito de provocar tensões e contradições no setor industrial, está reduzindo a dependência comercial e financeira dos países latino-americanos em relação aos EUA, respaldando um projeto de integração alternativo, contra-hegemônico.

No caso brasileiro, a já mencionada criação do banco de desenvolvimento e do fundo monetário dos Brics, bem como a exclusão do dólar nas transações econômicas, podem nos livrar das garras do FMI, do Banco Mundial e da ditadura do dólar. Não é sem razão, pois, que a China é vista como uma ameaça à hegemonia dos EUA na região, historicamente considerada como um mero quintal do império.

O imperialismo norte-americano tem sido enfrentado pelas iniciativas de integração em curso nos países da América Latina, associadas às políticas de redistribuição da renda e redução das desigualdades sociais. Toda a nova ordem regional se desenha em oposição ao receituário ortodoxo e imperialista dos EUA. Várias são as medidas nesse sentido: a negação do projeto da Alca; o combate aos acordos bilaterais de livre-comércio e a outras iniciativas estimuladas e comandadas pelo império; o esvaziamento da OEA com a criação da Celac, hoje presidida por Cuba; a ampliação do Mercosul; o fortalecimento da Unasul; a rica experiência da Alba, entre outras.

Acentua-se a agressividade das potências em crise

A decadência econômica tem levado as potências a tentar manter seu poderio e hegemonia de outra forma: a militar. As guerras que infernizam a vida dos povos na África e no Oriente Médio (Mali, Iraque, Afeganistão, Líbia, Síria) são crimes cometidos em nome do imperialismo, estratégias que a Otan e os governos dos EUA, França e Inglaterra adotam para expropriar as riquezas naturais dessas nações sob a falsa justificativa de combate ao terrorismo e defesa dos direitos humanos, da liberdade e da democracia.

As provocações sistemáticas ao Irã e à Coreia do Norte revelam a hipocrisia e a inversão da realidade praticada pelas nações imperialistas, bem como sua cumplicidade com os crimes praticados por Israel contra os palestinos e o infinito cinismo das potências capitalistas, tudo amplamente respaldado pela mídia burguesa em todo o mundo.

Os EUA contam com mais de 800 bases militares instaladas em mais de 50 países e ostentam, hoje, uma supremacia militar incontestável e sem paralelo no mundo. A América Latina não está imune aos riscos embutidos na crescente agressividade do imperialismo, como se comprova pela

reativação da 4ª Frota, pela instalação de novas bases militares na Colômbia e no Panamá, pelos golpes em Honduras e no Paraguai, pelas iniciativas golpistas na Venezuela, no Equador e na Bolívia e pelos ataques constantes com todo tipo de tentativa de controle, como revelam as recentes notícias de espionagem criminosa que põem em xeque a nossa soberania nacional.

Também no plano econômico as investidas persistem, mesmo após a derrota da Alca, através das tentativas norte-americanas de sabotar as iniciativas de integração regional, negociando acordos de livre comércio com alguns países e estimulando a Aliança do Pacífico (que reúne México, Colômbia e Chile, países onde os EUA ainda contam com governos aliados) em oposição ao Mercosul e à expansão comercial e financeira chinesa na América Latina.

O acordo comercial entre Estados Unidos e União Europeia também é uma reação à ascensão da China e ao fortalecimento dos Brics, numa manobra do império para recuperar a liderança sobre as transações comerciais perdida para a nação asiática. Mas são a exacerbação da agressividade e as ameaças militares os principais sinais de que o caminho na direção de uma nova ordem internacional, a exemplo do que ocorreu com outras transições geopolíticas no passado, não será pacífico.

A crise econômica revela os limites históricos do modo de produção capitalista e contribui para evidenciar os riscos de barbárie que o imperialismo encerra, configurados nas duas guerras mundiais que ceifaram mais de uma centena de milhões de vidas no século XX e, atualmente, na crescente agressividade dos EUA e da Otan.

Diante desse cenário, é fundamental reiterar a propaganda e intensificar a luta pela paz e pelo socialismo, ideal maior da classe trabalhadora. No Brasil, essa batalha passa pela integração da América Latina, a partir da América do Sul. O envolvimento nesse processo é imprescindível, bem como a rejeição aos tratados de livre comércio e outras iniciativas dos EUA para manter o domínio da região.

A integração, numa perspectiva antineoliberal, e a valorização do trabalho na região são itens essenciais dos projetos nacionais de desenvolvimento que precisamos defender. Nessa vertente, destaca-se a luta pelo Estatuto da Cidadania do Mercosul, que realça a necessidade de ampliar a unidade e a mobilização da classe trabalhadora, dos sindicatos e dos movimentos sociais, globalizar as lutas sociais na região e universalizar os direitos sociais.

O Mercosul não pode se resumir a uma área de livre circulação de mercadorias e capitais. É primordial, também, que seja um instrumento para alcançarmos a liberdade e a igualdade para todos os seres humanos que habitam a região.

Nesse sentido, são bandeiras fundamentais:

1- o repúdio à ação continuada de agressão ao povo cubano e a exigência do fim do embargo promovido pelos EUA;

2- a defesa da soberania argentina sobre as Malvinas;

3- a retirada de todas as bases militares dos EUA no subcontinente e das tropas estrangeiras no Haiti, bem como o imediato fechamento de Guantánamo;

4- o apoio às políticas de integração da América Latina e do Caribe que visem a soberania e a emancipação dos povos;

5- o repúdio à intervenção imperialista na América Latina e no Caribe, exigindo a retirada da 4ª Frota;

6- o repúdio à instalação de bases norte-americanas na Colômbia;

7- a libertação dos cinco trabalhadores cubanos acusados de espionagem nos EUA, presos desde 1998;

8- o apoio à democratização do Conselho de Segurança da ONU;

9- a luta para que os organismos multilaterais FMI, Banco Mundial e OMC não sejam instrumentalizados pelas potências imperialistas;

10- a condenação da prática criminosa de espionagem praticada pelos EUA;

11- o rechaço à tentativa de agressão militar anunciada pelos EUA e pela Otan contra a Síria;

12- a defesa da paz e da solidariedade entre os povos e nações e combate às guerras.

CONJUNTURA NACIONAL

As conjunturas nacional e internacional estão intimamente ligadas. Nossa economia foi afetada pela crise mundial, refletida no comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro – que caiu 0,6% em 2009, registrou recuperação de 7,5% em 2008 e voltou a desacelerar em 2011 (2,7%) e 2012 (0,9%) – e agravada pela recessão industrial e pela insistência numa política fiscal e cambial conservadora.

Desde 2003, com o início dos governos progressistas dos presidentes Lula e Dilma, os problemas têm sido suavizados pelas políticas de valorização do trabalhador, através de sucessivos aumentos reais no salário mínimo, bem como pelas ações de combate à miséria, através de distribuição de renda. Somam-se a essas as medidas de proteção ao setor industrial, os investimentos em infraestrutura e a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), entre outras iniciativas que, a despeito do desaquecimento econômico e da retração da indústria, mantiveram em alta a renda do trabalho, fomentando, dessa forma, as vendas no varejo, que tiveram um salto positivo de 8,4% em 2012, impulsionadas pelo consumo doméstico.

Conforme o IBGE, a taxa média de desemprego em seis regiões metropolitanas pesquisadas teve queda de 5,5% no ano passado, a menor da série histórica iniciada em 2003, ano em que atingiu 12,3%. O baixo crescimento econômico, entretanto, reduziu o número de novos postos de trabalho com carteira assinada criados em 41,94% de 2011 para 2012.

Um ciclo de mudanças promissor

O Brasil experimentou, nesta década de governos progressistas, transformações políticas e sociais bastante relevantes. Em termos conjunturais, o projeto neoliberal capitaneado, sobretudo, por PSDB e DEM – e que dominou o país durante a década de 1990 – sofreu um revés e foi interrompido,

ainda que não em sua totalidade. As últimas três eleições presidenciais, realizadas em 2002, 2006 e 2010, representam um marco histórico no qual o movimento sindical tem grande participação e, de modo geral, com demonstração de unidade. Iniciou-se há dez anos um ciclo auspicioso de mudanças que segue em marcha, coadunado com o cenário político de toda a América Latina. Este é o ponto de partida para o atendimento de demandas mais profundas e transformações sociais ainda mais contundentes, exigidas pela sociedade.

Nos governos Lula e Dilma e suas coalizões de esquerda, centro e centro-esquerda, a classe trabalhadora e seus representantes conquistaram o direito a uma maior participação e protagonismo político. Isso está expresso na legalização das centrais sindicais, no arquivamento da reforma trabalhista proposta pelos tucanos e no atendimento a reivindicações importantes do movimento sindical, como a já mencionada política de valorização do salário mínimo e a recente vitória da extensão de direitos aos trabalhadores domésticos.

Mesmo nos anos de crise, houve uma melhoria notória da distribuição de renda. A desigualdade social ainda é elevada, mas está em seu menor índice desde a década de 1960. A população com renda domiciliar per capita abaixo da linha de pobreza despencou de 24,4% em 2003 para 10,2% em 2011. E tal resultado foi garantido, sobretudo, em função da expansão da renda do trabalho.

O projeto nacional de desenvolvimento que sequer foi considerado pelos neoliberais tem sido defendido nesta última década e teve impacto direto no PIB, que cresceu 40,7% entre 2003 e 2011, transformando o Brasil na sexta maior economia do mundo. Várias foram as modificações promovidas pelo governo progressista que assumiu em 2003, inclusive na política externa brasileira, recusando a continuidade da submissão do país aos interesses europeus e norte-americanos tipicamente adotada pelo governo tucano e preferindo uma postura altiva e soberana, a qual desprezou a Alca e deu prioridade à integração latino-americana, à ampliação e ao fortalecimento do Mercosul, à intensificação do comércio Sul-Sul e à parceria estratégica com a China e outros membros do Brics. O Brasil, hoje, configura-se como uma nação respeitada e influente na comunidade internacional, diferente do país que até então se prostrava aos pés do imperialismo.

A direita neoliberal, ainda encabeçada pelo PSDB e pelo DEM, foi esvaziada politicamente, embora ainda mantenha sua influência sobre as elites econômicas, o Poder Judiciário e a mídia burguesa, a qual se comporta como partido de oposição, ditando a agenda da direita e atuando como seu instrumento, a serviço da ideologia do imperialismo. Essa mídia se contrapõe a todas as iniciativas progressistas do governo, tanto no nível externo – em oposição evidente a uma integração latino-americana que garanta avanços sociais aos povos do subcontinente – quanto interno – demonstrando agressividade contra o governo e sua base no Legislativo e buscando fortalecer os opositores, com vistas à disputa eleitoral de 2014. **Nesse sentido, é fundamental à Contee e às suas entidades filiadas apoiar o Projeto de Lei de Iniciativa Popular para regulamentar os artigos 5, 21, 221, 222 e 223 da Constituição, com vistas a lutar por uma mídia democrática para ampliar a liberdade de expressão e termos mais diversidade e pluralidade na televisão e no rádio.**

O imperialismo tem, nesses personagens locais que representam as forças conservadoras instruídas dentro do projeto neoliberal (como os rentistas e os monopólios midiáticos), seus aliados dedicados a acirrar a luta política e dar vazão a intenções golpistas.

Precisamos ter claro que, neste momento, qualquer esmorecimento no campo que apoia o projeto em curso, fortalece o neoliberalismo e as imposições imperialistas no Brasil. Devemos, diante da possibilidade de retrocessos, que não deve ser menosprezada, manter a unidade das forças progressistas e do movimento sindical.

Dificuldades políticas na implementação do projeto de desenvolvimento

A despeito dos avanços e conquistas assegurados no decorrer da última década, ainda restam muitas barreiras a serem transpostas rumo a um novo projeto nacional de desenvolvimento, com soberania e valorização do trabalho, como hasteado pelas centrais sindicais e pelos movimentos sociais.

Um desses obstáculos é a insistência do governo em manter uma orientação macroeconômica conservadora, estabelecendo metas de superávit fiscais recessivas e mantendo o compromisso com o câmbio flutuante. Tais medidas, aliadas à manipulação do câmbio e à política monetária praticada pelos EUA e pela Europa, são, segundo especialistas, a principal causa da desindustrialização em curso na economia brasileira e do fraco desempenho do PIB. Além de pôr em xeque os avanços, esse cenário enfraquece a posição do Brasil no mundo e na América Latina.

É com preocupação que vemos o avanço do processo de desnacionalização da economia, que tem atingido de forma alarmante até mesmo direitos básicos, como ocorre com as aquisições de instituições de educação superior e básica. Tais operações financeiras, com fusões e aquisições, revelam a concentração e centralização do capital em todo o mundo. Em 2010, 175 empresas nacionais foram adquiridas por capitalistas estrangeiros. Em 2011, esse número subiu para 208 e, no ano passado, houve novo salto, para 296.

Com o impulso oferecido pela política monetária expansionista do Federal Reserve (o banco central estadunidense, que oferta juros a 0% e promove o chamado tsunami monetário), os investidores norte-americanos estão entre os maiores beneficiários da desnacionalização, ao passo que, no setor industrial, as empresas chinesas foram as que mais investiram na compra de firmas brasileiras entre 2009 e 2011.

Esse processo, extremamente daninho ao desenvolvimento nacional – mas negligenciado pelo governo –, acarreta diversos prejuízos. Em primeiro lugar, obstrui o avanço tecnológico do país, uma vez que a decisão sobre o investimento dos lucros obtidos em território nacional, sobretudo em pesquisa e tecnologia, é tomada nas matrizes das empresas no exterior. Em segundo, provoca um processo de desindustrialização, visto que, no setor industrial, as empresas compradas dão prioridade à compra de componentes e bens intermediários no exterior em detrimento da indústria nacional, fato que coloca em risco a soberania do país. No caso da desnacionalização na educação, com a constituição de oligopólios de capital aberto na bolsa de valores, o agravante é o comprometimento da formação da juventude.

As aquisições ampliam o passivo externo, as remessas de lucros e dividendos ao exterior e o déficit em conta corrente. Entre 2004 e 2011, as remessas quintuplicaram, atingindo um valor acumulado no período equivalente a 404 bilhões de dólares no período, o que fez cair as taxas de investimentos internos e afetou o potencial do crescimento do PIB.

Atreladas, a desnacionalização e a desindustrialização da economia representam fortes entraves ao desenvolvimento. Em 1985, de acordo com estatísticas do IBGE, a indústria de transformação respondeu por 27,2% do PIB brasileiro. Em 2012, por sua vez, o percentual foi de 13,3%, o menor desde 1958.

No setor, o nível de emprego também registrou queda de 28% entre 1985 e outubro de 2010. Estratégias de incentivo à produção nacional foram adotadas pelo governo Dilma. Todavia, o Executivo não abandonou o compromisso com o câmbio flutuante, apontado por muitos como principal causa da baixa competitividade da indústria instalada no Brasil, nem houve exigência de contrapartida às empresas que receberam toda sorte de incentivos fiscais e injeção de recursos públicos.

A taxa de desemprego de fato caiu, mas, por outro lado, a rotatividade nos postos de trabalho atingiu seu mais alto patamar no país. Conforme dados do IBGE, os investimentos como aquisição de máquinas e equipamentos e realização de obras de construção civil também sofreram declínio de 4% no ano, estacionando em 18,1% do PIB.

O incentivo à indústria é necessário, visto que não tem explicado completamente a realidade a concepção de que o mundo vive hoje uma sociedade pós-industrial ou uma "economia do conhecimento". Embora tenha havido transformações significativas no mundo do trabalho, ainda cabe à indústria o papel de protagonista no processo de desenvolvimento das nações, como mostra a história moderna e contemporânea. Prova disso é a ascensão da China à condição de primeira potência comercial do planeta, que só se deu após o valor de sua produção industrial superar a dos EUA. O problema é que esta valorização da indústria não pode ser feita em detrimento dos direitos dos trabalhadores e da estabilidade no emprego.

Outra questão que precisa ser encarada para alavancar a economia é o enfrentamento à ameaça ao pacto federativo decorrente das desigualdades regionais e da assimetria na distribuição dos recursos públicos. Do total de impostos arrecadados no país, 60% ficam nas mãos da União, enquanto 24% são destinados aos estados e apenas 14% aos municípios, tendo de arcar com serviços extorsivos da dívida pública.

Esse problema foi evidenciado pela controvérsia acerca da redistribuição dos royalties do pré-sal, que hoje beneficiam apenas os estados produtores (Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo). A guerra fiscal entre estados também dá ênfase aos dilemas nesse âmbito. Por sua vez, a Lei de Responsabilidade Fiscal estrangula as capacidades de grande número de municípios e estados, que se veem de pés e mãos atados, sendo, portanto, necessário revogá-la ou flexibilizá-la com urgência, assim como renegociar as dívidas com a União.

É preciso que o governo brasileiro busque novas formas para avaliar o seu padrão de desenvolvimento socioeconômico, desvinculando-se do método ditatorial de indicador do PIB, passando a ter maior peso outros indicadores, como distribuição da renda, saúde, educação, moradia, saneamento, etc.

As reformas estruturais e os movimentos sociais

As reformas estruturais reivindicadas pelas forças progressistas e os movimentos sociais – como reforma agrária, reforma política, reforma urbana, reforma tributária, reforma educacional e reforma dos meios de comunicação – ainda não avançaram.

No caso de uma reforma trabalhista, o empresariado, com forte influência junto aos poderes constituídos e respaldado inclusive por setores do sindicalismo nacional, tem pressionado pela flexibilização da CLT (que neste ano completa e comemora 70 anos) e defendido o princípio da prevalência do negociado sobre o legislado.

Os interesses privados de vários setores da economia foram favorecidos pela desoneração de suas folhas de pagamento, medida que subtrai recursos do INSS e pode comprometer a Previdência Social. Além disso, os trabalhadores e suas entidades sindicais enfrentam ataques como o projeto de lei que não só regulamenta, como também escancara a terceirização no país.

O relacionamento dos movimentos sindical e social com o governo Dilma não foi dos mais promissores no ano passado, uma vez que o Executivo não tem se colocado como interlocutor político dos trabalhadores e das lideranças sociais. A falta de sintonia é reveladora e aponta claramente quais os interesses de classe que o governo tem optado por defender. Exemplo desse descompasso é a ausência de consulta aos trabalhadores para a elaboração de projetos que afetam os interesses da classe (rodovias, ferrovias, energia, portos e aeroportos). Isso se contrapõe ao tratamento privilegiado recebido pelos empresários, beneficiados com uma controvertida política de concessões, através das chamadas Parcerias Público-Privadas (PPPs) no setor de infraestrutura, que se configura como um precedente perigoso, o qual abre caminho à privatização e restringe o papel do Estado no desenvolvimento nacional.

Os movimentos de junho e seus desdobramentos

O movimento de rua que presenciamos nos meses de junho e julho em todo Brasil desvela o quanto é necessário avançar nas mudanças colocadas na agenda econômica e política progressista e de desenvolvimento nacional democrático e soberano.

Apesar das tentativas de manipulação pela grande mídia e da influência, no seu seio, de concepções retrógadas e pós-modernas que apregoam o fim da política, supervalorizando o movimento pelo movimento, o que se viu nas ruas não pode ter a sua importância ignorada.

A grande mídia tentou a todo custo se apropriar da agenda do movimento e manipular as demandas das mobilizações, tratando-as sob a ótica de suas concepções retrógadas de combate generalizado à política como forma de atingir as forças progressistas. A despeito disso, o que se viu nas ruas não pode ter a sua relevância subestimada e tampouco têm caráter inédito as bandeiras levantadas pelos manifestantes, as quais há tempos são defendidas pelos movimentos social e

sindical e fazem parte de uma agenda programática unificada da classe trabalhadora e dos partidos progressistas. Esse aspecto ficou evidente no atendimento, pelos trabalhadores, da convocação das centrais para a mobilização nacional que ocorreu em todas as partes do país.

O vigor das manifestações também contribuiu para que o movimento organizado se dispusesse a uma reflexão sobre as alegações de uma suposta dificuldade de mobilização e enfraquecimento da luta política. O que as manifestações de junho de 2013 mostraram é que as ruas estão pedindo mudanças e reformas estruturais.

Essa disponibilidade de luta precisa ser capitaneada pelo movimento sindical e pelos movimentos sociais na busca de avanços concretos e mais robustos. É fundamental, para dar continuidade ao ciclo inaugurado pelo governo Lula e avançar nas mudanças com valorização do trabalho, a ampliação da capacidade de mobilização e do protagonismo político da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, que devem marchar unidos na luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento.

A nossa agenda

Para avançar nessas transformações, com valorização do trabalho e dos trabalhadores, é necessário mobilizar forças e participar ativamente nas eleições de 2014, a fim de estancar o risco de retrocesso neoliberal. Para tanto, é preciso eleger, em todos os níveis, candidatos identificados com os interesses e ideais da classe trabalhadora. Defender uma repactuação política é necessário e urgente, envolvendo os partidos progressistas, os sindicatos, os movimentos sociais, além de setores do empresariado e da sociedade civil.

Na atual conjuntura, o movimento sindical como um todo precisa intensificar a luta pela concretização da agenda por um novo projeto de desenvolvimento com valorização do trabalho, soberania e democracia, conforme aprovado na 2ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), realizada em junho de 2010 no estádio do Pacaembu, em São Paulo.

Em torno de um novo projeto de desenvolvimento nacional, são prerrogativas as seguintes bandeiras:

1- redução constitucional da jornada para 40 horas semanais sem redução de salários;

2- aprofundamento da mudança na política macroeconômica, visando maior redução das taxas de juros e spread; fim do superávit primário e da DRU; ampliação dos investimentos públicos; controle do câmbio, do fluxo de capitais e taxação das remessas de lucros;

3- universalização das políticas públicas, garantindo saúde e educação de qualidade para todos; 10% do PIB para educação pública e 10% do orçamento da União para o SUS;

4- ratificação da Convenção 158 e regulamentação da Convenção 151 da OIT;

5- combate à terceirização do trabalho;

6- fim do fator previdenciário e revalorização das aposentadorias e pensões;

7- reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar;

8- reforma tributária progressiva, com taxação das grandes fortunas e heranças;

9- aprofundamento da democracia, com reforma do Judiciário; reforma e democratização da mídia; financiamento público exclusivo das campanhas políticas para coibir a ação do poder econômico; e aprofundamento da democracia participativa;

10- inclusão, na pauta das centrais sindicais e do movimento social, da luta contra a desnacionalização da economia brasileira, reivindicando regras mais rígidas para o ingresso de capital estrangeiro no país e as aquisições estrangeiras, que pouco ou nada contribuem para o aumento da taxa de investimento e a expansão das forças produtivas nacionais;

11- democratização dos meios de comunicação, bandeira cuja relevância cresce na medida em que a mídia hegemônica (ou burguesa) escancara sua parcialidade e reacionarismo político, hostiliza os movimentos sociais, buscando criminalizar as lutas, e toma partido ostensivamente a favor da direita neoliberal e do imperialismo;

12- luta pela igualdade entre homens e mulheres, negros e brancos, adultos ou jovens, uma vez que a discriminação no mercado de trabalho, com salários inferiores para mulheres, negros e jovens, é um meio que o capitalismo usa para aumentar os lucros intensificando a exploração da força de trabalho;

13- luta contra a flexibilização e precarização do trabalho, visto que o país convive com índices escandalosos de rotatividade da mão de obra. Para contornar esses problemas é essencial ratificar a Convenção 158 da OIT, aprovar a PEC contra o trabalho escravo, punir a exploração do trabalho infantil e regulamentar o princípio constitucional que impede as demissões imotivadas, bem como o que prevê a proteção do trabalhador face aos efeitos da automação;

14- exigência de que nossa pauta se coloque como prioridade central para o governo, porque desta pauta depende o desenvolvimento do país. O projeto nacional da classe trabalhadora é substancialmente distinto do projeto e das propostas do empresariado, o qual, em nome do aumento da produtividade e da competitividade, advoga a redução dos direitos sociais e a depreciação do trabalho;

15- defesa da manutenção e ampliação dos direitos sociais frente à ofensiva do capital contra o trabalho;

16- posicionamento contrário ao leilão do campo petrolífero de Libras e defesa de que a União passe o campo para a Petrobras e que ela assine um contrato de partilha com o percentual do "óleo lucro" a ser remetido para o Fundo Social;

17- que a Contee constitua a Comissão da Verdade para discutir: a Comissão da Verdade Institucional / governos nacional e estaduais; e Comissão dos Trabalhadores em Educação.

Contee
Bahia | 2013

ANÁLISE DA CONJUNTURA EDUCACIONAL BRASILEIRA

ANÁLISE DA CONJUNTURA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Breve balanço das principais atividades

A última gestão da Contee avançou, conforme avaliado na época, de forma significativa na relação com o Poder Executivo e em sua atuação junto ao Ministério da Educação. A atual gestão da Contee busca expandir e consolidar a relação com o Legislativo federal e, para tanto, tem estabelecido, através da Secretaria de Assuntos Institucionais – criada em nosso último congresso – e da Secretaria de Assuntos Educacionais, grande diálogo com os parlamentares e suas assessorias, apresentando os posicionamentos da Contee e nossas bandeiras, inclusive através da elaboração de documentos – e sua entrega aos parlamentares – sobre os mais variados temas educacionais e demais matérias de interesse dos trabalhadores. A ação tem sido assumida coletivamente pela Diretoria Executiva.

Outra ação importante tem sido o chamamento para que as entidades de base do Distrito Federal e dos estados mais próximos da capital brasileira atuem coletivamente, em conjunto com a Diretoria da Contee, reforçando o corpo a corpo necessário para a defesa de propostas junto aos parlamentares. Também tem sido reiterada a importância de as entidades estabelecerem em seus estados o contato permanente com os deputados e senadores, uma vez que, se a votação das propostas acontece no Congresso, a eleição dos legisladores se dá nos respectivos estados, o que reforça a necessidade de denúncia e cobrança por parte dos sindicatos e federações.

Destaque de algumas ações desenvolvidas:

1- Participação na organização das etapas municipais e estaduais (em andamento) para realização da Conae/2014.

2- Realização de dois encontros preparatórios para organização da delegação da Contee para as etapas municipais e estaduais, com o objetivo de proceder a preparação dos(as) delegados(as) e a efetiva intervenção da Confederação via suas entidades de base na Conae/2014, na defesa das suas principais bandeiras de luta.

3- Participação em encontros e seminários preparatórios para a Conae com outras entidades de educação.

4- Participação em atividades educacionais internacionais, destacando o "II Encuentro: Hacia un Movimiento Pedagógico Latinoamericano" realizado entre os dias 19 e 21 de setembro do corrente ano, em Recife (PE).

5- Efetiva mobilização e divulgação da Campanha Nacional do Domingo de Greve e seus desdobramentos sobre o reconhecimento da sobrecarga do trabalho extraclasse dos(as) professores(as) por toda a sociedade.

6- Participação em todas as etapas de tramitação do PNE, na Câmara dos Deputados e, atualmente, no Senado Federal, apresentando emendas, fazendo o trabalho com os parlamentares, com a relatoria e parceria com as entidades de educação.

7- Prosseguimento do trabalho de representação na Conaes e no Conap.

8- Participação efetiva no Fórum Nacional de Educação, que tem como tarefas, dentre outras, acompanhar a tramitação e, depois, a efetivação das metas do PNE, organizar os fóruns estaduais e municipais e realizar, até o próximo PNE, mais duas conferências nacionais de educação.

9- Participação ativa nas audiências públicas realizadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal no que tange aos temas da educação, destacando: Terceirização, Insaes, Financeirização e Desnacionalização da Educação, Distribuição dos Royalties do Petróleo, etc.

10- Realização, durante a tramitação do PNE, de uma audiência pública sobre financeirização da educação e sobre regulamentação da educação superior na comissão especial de educação no Senado Federal.

11- Carta Aberta ao Ministério da Educação para impedir a concretização da fusão entre Anhanguera Educacional Participações S/A e a Kroton Educacional S/A, além de ações junto ao Cade e ao MPF.

Setor privado e educação: função social, participação, regulação e controle social

Como entidade sindical que representa os trabalhadores da educação privada, trazendo, portanto, à tona as questões do setor, faz-se necessário entender que a Constituição brasileira permite que o setor privado atue na educação, mas determina, também, que educação é um direito. Sendo assim, a atuação do setor privado está condicionada às leis nacionais.

Uma luta inerente ao movimento de trabalhadores em educação é a implantação do Sistema Nacional de Educação, que deverá constituir-se como uma lei maior do Estado brasileiro e cujo objetivo será fortalecer a educação como um direito e bem público. O sistema deve englobar a educação pública e privada, as quais deverão ter as mesmas exigências e os mesmos princípios nacionais.

Porém, a educação privada no Brasil não é um direito democrático. Com as dificuldades históricas que o Brasil acumula não se constituiu, ainda, um sistema público de educação de qualidade e universalizado. Dessa forma, o setor privado ocupa enorme espaço no oferecimento do bem público educacional.

O real sentido da educação privada está cada vez mais ligado ao acesso aos meios de financiamentos e benefícios que o Estado puder proporcionar, estabelecendo, assim, uma relação política na qual disputa, com o setor público, recursos públicos para a educação, recebendo, cada vez mais, volumosos recursos para manter sua atuação mercantil.

É possível afirmar que a consequência disso é a transformação da educação privada em um grande "negócio" a ser comercializado no mercado capitalista. Os estudantes, encarados como clientes consumidores, são disputados por instituições privadas de ensino superior que reproduzem, em seu interior, relações capitalistas, por meio de práticas instrumentais e utilitaristas, distanciando-se da reflexão crítica, do conhecimento e da educação como possibilidade emancipadora.

A Contee reafirma a necessidade urgente de consolidar uma educação socialmente referenciada, laica e, principalmente, pública e de qualidade. A Confederação tem acompanhado, incansavelmente, a tramitação do PNE, o qual deve estabelecer prazo para implementação do Sistema Nacional de Educação.

A Contee tem insistido na defesa da constituição do SNE, passando pela regulamentação da educação privada, com a exigência do cumprimento do papel do Estado no controle, na regulação, no credenciamento e na avaliação da educação, com as devidas referências sociais, a fim de que o Brasil avance em seu projeto educacional.

Nesse sentido, o setor privado ocupa enorme espaço no oferecimento do bem público educacional, que pegou carona no legado FHC de subordinação ao capital estrangeiro e do receituário da privatização. Mesmo após dez anos, os governos Lula e Dilma não conseguiram estancar a lógica de abertura ao capital privado e, atualmente, estrangeiro, de um de seus bens maiores: a educação do país.

Atualmente, dos 6,7 milhões de estudantes universitários do país, 73,7% estão nas instituições particulares. Além disso, um grupo de 13 grandes conglomerados tem 36,2% de participação desse mercado de instituições privadas. Essas empresas de educação reúnem 1,8 milhão de estudantes, o que corresponde a 37,6% do total de estudantes de faculdades particulares e cerca de 28% do total de alunos do ensino superior de todo o país.

A Anhanguera Educacional Participações S/A e a Kroton Educacional S/A são, atualmente, a fusão mais lucrativa na área educacional, já que, no primeiro trimestre de 2013, a Anhanguera teve lucro de R$ 84,3 milhões, uma alta de 35,9% em relação ao mesmo período de 2012, e a Kroton encerrou o mesmo período com lucro líquido de R$ 185,5 milhões – um crescimento de 87,5% sobre o mesmo período do ano passado. A transação da fusão resultou em um faturamento bruto de R$ 4,3 bilhões, mais de um milhão de alunos e valor de mercado próximo a R$ 12 bilhões. O número de estudantes corresponde a 20% das matrículas no Brasil – grande parte à custa de dinheiro público

(através do Fies – Fundo de Financiamento Estudantil, do ProUni – Programa Universidade para Todos, e do Proies – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior) – o que representa dinheiro certo e inadimplência zero.

A compra da Uniseb por R$ 615,3 milhões, após o anúncio da fusão entre Kroton e Anhanguera, da compra das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) pela empresa Laureate e pouco antes da recente abertura de capital da Anima Educação na bolsa de valores, só comprova que o "mercado educacional" pretende manter-se aquecido.

É importante destacar que programas como o ProUni e o Fies colaboraram para ampliar o acesso da população ao ensino superior. Eles deveriam ter, contudo, um caráter emergencial, não sendo tratados como políticas de Estado dentro do Plano Nacional de Educação. Tais programas são ações de governo, enquanto o PNE representa um plano de Estado, o qual estabelece metas, compromissos e estratégias para se alcançar melhorias educacionais nos setores público e privado, devendo garantir, como deliberado na Conae/2010, a educação pública, gratuita e socialmente referenciada, com o intuito de fortalecer e garantir o avanço das políticas públicas na área de educação pública. Para tanto, esses programas não podem ser objetos de recurso para o desenvolvimento de políticas privatistas na área de educação, não comprometidas com o projeto de educação do país.

Tais batalhas tornam-se ainda mais fundamentais em um momento em que o processo de financeirização da educação brasileira, até então forte no ensino superior, atinge a educação básica. Prova disso foi a compra do Centro Educacional Sigma, em Brasília, e do grupo Motivo, no Recife, pela Abril Educação, no início de julho, aquisições negociadas por mais de R$ 200 milhões.

Ainda que na educação básica as "compras" sejam motivadas pelo alto desempenho das escolas em exames como Enem e vestibular (enquanto na educação superior não há sequer essa preocupação), trata-se de uma informação equivocada. Como trabalhadores e trabalhadoras do ensino privado, conhecemos de perto a realidade das instituições privadas e a lógica financeira por trás de tais aquisições, as quais visam o lucro e não a oferta de uma educação de qualidade para os estudantes nem tampouco a valorização de professores e de técnicos administrativos.

Diante desse quadro alarmante, é primordial fortalecermos ainda mais nossa atuação em favor de um PNE que de fato favoreça a escola pública. Ainda que o PNE não tenha refletido todas as deliberações da Conae/2010, nossa participação na Conae/2014 e em suas estapas preparatórias constitui um espaço privilegiado de interlocução, debate e disputa – inexistente anteriormente e que precisa ser preservado –, a fim de garantirmos a instituição do SNE e a regulamentação da educação privada.

Neste ano, a Contee encaminhou documentos ao MEC, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), ao Congresso Nacional e ao Ministério Público Federal no sentido de combater a financeirização. No Fórum Nacional de Educação (FNE), a Confederação garantiu a aprovação de uma nota pública convocando o Congresso Nacional, o MEC e o Conselho Nacional de Educação para, em conjunto com o Fórum e suas entidades, abrirem amplo debate sobre o processo de fusão e de aquisição de instituições privadas de ensino. A 15ª Nota Pública do FNE é bastante significativa, pois, em um ato inédito, entre as 25 entidades que assinam o documento, são protagonistas da solicitação ao FNE trabalhadores em educação (Contee), estudantes (UNE) e representantes do patronato da educação privada (Confenem). A Contee aguarda, ainda, deferimento do pleito da inclusão de uma mesa para acontecer concomitantemente à Conae/2014 sobre as fusões no ensino superior.

É fundamental que os investimentos públicos sejam aplicados, exclusivamente, na educação pública e que a expansão de vagas traga consigo um projeto pedagógico e ideológico de soberania nacional que seja implementado, prioritariamente, via escola pública. Cada vez mais se configura que "Tem algo errado no ensino privado", síntese do que pode ser verificado a partir da análise das notas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), divulgadas neste mês de outubro pelo Ministério da Educação. Dos 6.306 cursos avaliados em todo o Brasil (nas áreas de administração, ciências contábeis, ciências econômicas, comunicação social, design, direito, psicologia, relações internacionais, secretariado executivo e turismo, além de cursos que conferem diploma de tecnólogo em gestão comercial, gestão de recursos humanos, gestão financeira, logística, marketing e processos gerenciais), 1.887 foram reprovados: 168 com nota 1 e 1.719 com nota 2. Isso significa que praticamente 30% dos cursos avaliados ficaram abaixo da média mínima exigida pelo MEC, a qual equivale **à** nota 3 (em um total de 5).

Os dados alarmantes não param por aí. Do total de cursos mal avaliados no Enade, nada menos do que 91,7% pertencem a instituições privadas. Em números absolutos, os dados da avaliação demonstram que, dos 1.887 cursos com notas inferiores a 3, 1.731 estão no ensino privado: 137 com nota 1 e 1.594 com nota 2.

A Contee ressalta que, dentro do sistema educacional, existem instituições públicas que precisam melhorar sua qualidade bem como instituições privadas que se destacam, como comprovam os próprios dados do Enade. No entanto, as notas divulgadas neste mês servem para apontar algumas distorções no ensino superior brasileiro. Os repasses diretos ou indiretos de verba pública para o setor privado não têm se convertido, necessariamente, em investimentos na qualidade da educação superior. Pelo contrário, a preocupação dos empresários é retirar do PNE a exigência de que os investimentos públicos sejam aplicados exclusivamente na educação pública para tornar cada vez mais seus negócios lucrativos e atrativos no mercado. E, para completar, estabelecimentos privados que não investem na qualidade da educação tentam atribuir a responsabilidade dos resultados aos estudantes que passaram pelas avaliações e às exigências, segundo eles "exageradas", feitas pelo sistema de avaliação, eximindo-se do papel de garantir uma oferta de ensino, aliada à pesquisa e à extensão, que de fato reflita uma preocupação com a educação enquanto direito social, e postergando uma reforma universitária que já deveria ter sido feita.

Com toda essa prerrogativa, a Contee acompanhou de forma sistemática toda a tramitação, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei 4.372/2012, que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação do Ensino Superior (Insaes), aprovado no último dia 16 de outubro. O PL ainda precisa passar pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça, mas sua aprovação na Comissão de Trabalho representa a vitória em mais uma batalha, no sentido de garantir uma educação superior de qualidade no Brasil e combater a financeirização do setor.

A Confederação reitera sua defesa sobre a importância do Insaes, o qual representa uma maior capacidade do Estado de atuar na garantia da qualidade da educação, inclusive em instituições que vivem do dinheiro público.

Entre outros pontos, o projeto exige que, para credenciamento e recredenciamento, as instituições estejam em regularidade perante as fazendas federal, estadual e municipal, a seguridade social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho.

As questões fundamentais do PL são:

- aprovar previamente aquisições, fusões, cisões, transferências de mantença, unificação de mantidas ou descredenciamento voluntário de Instituições de Educação Superior integrantes do sistema federal de ensino;
- autorizar, reconhecer e renovar o reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais, presenciais e a distância;
- exarar pareceres nos processos de credenciamento e recredenciamento de IES;
- supervisionar IES e cursos superiores, aplicando as penalidades e os instrumentos previstos na legislação;
- designar, após indicação do Ministério da Educação, o Ifes para a guarda do acervo acadêmico de IES descredenciadas;
- realizar avaliações *in loco* referentes a processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais;
- desenvolver, implementar e gerir sistema público de informações cadastrais e de acompanhamento de processos relacionados à regulação e à supervisão de instituições e cursos de educação superior;
- propor, manter e subsidiar as ações de concepção e atualização dos Referenciais e Diretrizes Curriculares, bem como do Cadastro e Catálogo dos cursos superiores de tecnologia;

- articular-se com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação no campo da regulação e supervisão.

A criação do Insaes é fundamental para assegurar que a educação brasileira seja de fato tratada como prioridade para o desenvolvimento nacional.

O PNE: um vácuo educacional x Conae/2014

Desde que se realizou a Conae/2010, a sociedade brasileira deu um importante passo na lógica de reorientar a politica educacional. Entidades engajadas e preocupadas com o projeto de nação e de educação do país acompanham, atentamente, o processo de tramitação do PNE, tanto na Câmara dos Deputados como, atualmente, no Senado Federal.

Infelizmente, o projeto do novo PNE brasileiro já conta com um atraso de mais de dois anos e meio, deixando o país com um vácuo educacional de perdas irreparáveis para o avanço da soberania do país. Não bastasse a morosidade da tramitação e o fato de as demandas e discussões fundamentais realizadas pela primeira Conae terem sido deixadas de lado, o Senado desfigurou o PNE na sua primeira função de assegurar investimentos na qualidade da educação pública e manteve problemas muito significativos que visam exclusivamente beneficiar os interesses do setor privado. Nesse sentido, continuam sendo imprescindíveis a intervenção e a participação efetiva da Contee e das entidades parceiras com o propósito de reverter, a tempo, na Comissão de Educação, as desconfigurações nas propostas feitas pelos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O ponto de grande polêmica sobre o relatório do PNE na CCJ do Senado, foi referente à Meta 4, que recebeu nova proposta de redação, a qual já tinha sido, inclusive, anunciada pelo governo. Com a mudança, foi reincluída a palavra "preferencialmente", que havia sido retirada do texto da Câmara pela CAE do Senado. Com isso, a redação da meta passa a ser "universalizar, para a população de 4 a 17 anos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (...)". Entre as opções de acompanhamento diferenciado estão as classes especiais (oferecidas pelas próprias escolas, paralelamente às classes regulares), os centros de ensino especial (que se dedicam exclusivamente a esses alunos) e as Apaes.

O texto dessa meta também foi alterado no sentido de que os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) às instituições que oferecem ensino especial, como é o caso das Apaes, não sejam encerrados em 2016, como aprovado pela CAE. Sobre esse ponto, a Contee mantém firme a posição de que, no Brasil, existem apenas dois segmentos na educação: o público e o privado. Instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas não são instituições públicas e não podem, portanto, ser tratadas como tal. Precisam, antes sim, ser regulamentadas sob exigências idênticas às aplicadas à educação pública, incluindo plano de carreira para os trabalhadores e gestão democrática e transparente.

Essas instituições são privadas sem fins lucrativos e, historicamente, para manter os seus interesses e o repasse de dinheiro público, contrapõem-se à inclusão de quaisquer necessidades especiais na escola regular, fortalecendo a atrasada visão segregacionista.

A Contee compreende que devemos lutar para que a escola regular ofereça todas as condições de inclusão, como ocorre nos países desenvolvidos, e somente em casos muito específicos e extremamente excepcionais o atendimento em instituições. Não devemos fortalecer, sob qualquer que seja o argumento, uma inclusão segregada que, na verdade, nada tem de inclusão. Essas instituições privadas de atendimento lutam contra a inclusão na rede regular porque querem manter o recebimento do dinheiro público.

O substitutivo da CCJ altera o artigo 5º e a Meta 20, colocando, de forma clara, como devem ser repartidos os recursos públicos: bolsas, ProUni, creches públicas e privadas, Pronatec etc., incluindo, ainda, o artigo 213 da Constituição Federal, que trata do repasse de verbas públicas para as instituições filantrópicas, comunitárias e confessionais. A Contee reafirma sua defesa de que os recursos públicos devem ser destinados exclusivamente à educação pública, sem abrir prerrogativas para o repasse de verbas públicas para o setor privatista.

Nesse sentido, o substitutivo, sob a máscara de garantir o que diz o artigo 213 da CF, na verdade, retira verbas públicas da educação pública e as destina, principalmente, para instituições lucrativas, inclusive de capital aberto, em uma clara visão privatista e de enfraquecimento da luta pela consolidação, por meio do financiamento adequado, de uma rede pública de qualidade no Brasil.

Além disso, sob o pretexto da inconstitucionalidade, há outros retrocessos, como a retirada da incumbência do FNE de coordenar as conferências estaduais e municipais de educação e a retirada da obrigatoriedade de estabelecimento de prazos para que os estados e municípios elaborem seus planos estaduais e municipais de educação. E mais: ao colocar o respeito ao pacto federativo, o substitutivo retira o detalhamento de como deve ser a relação entre os entes federados. O texto também não estabelece mais o prazo de dois anos para que os estados e municípios apresentem leis específicas que disciplinem a gestão democrática; acaba com o prazo para que o Executivo ou o Legislativo apresentem uma nova proposta de PNE no nono ano de sua vigência; retira o prazo de dois anos para instituir o Sistema Nacional de Educação; e elimina todos os artigos e referências aos royalties e recursos do pré-sal para a educação, alegando que isso já fora aprovado em lei.

Outra alteração, desta vez positiva, diz respeito às estratégias 20.6, 20.7 e 20.8, que tratam do Custo Aluno Qualidade Inicial. O texto reestabelece o prazo de dois anos para que o MEC faça os cálculos do CAQi e, também, a ideia do Custo Aluno Qualidade como indicador prioritário do financiamento.

É preciso atenção às mudanças e à votação da matéria na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para não permitir que prejuízos e retrocessos sejam aprovados para encaminhamento do PNE para sanção presidencial. O mais preocupante, no entanto, é que, com todas essas modificações feitas no Senado, não se respeitou todo o trabalho construído na Câmara, retardando a aprovação da lei, em claro prejuízo para a educação no país.

A Contee considera que o texto do PNE em análise no Senado deve manter a exigência de destinação, até o final do período de dez anos, de pelo menos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação pública, bem como a garantia da destinação de 75% dos royalties do petróleo para a educação pública e de 50% do Fundo Social do pré-sal, como aprovado pela Câmara dos Deputados em agosto deste ano. O texto deve assegurar que esses recursos sejam realmente aplicados, com exclusividade, na melhoria da qualidade e na expansão da educação pública.

O projeto possui, ainda, 14 artigos e 20 metas. O plano tem duração prevista de dez anos e tem, entre suas diretrizes, a erradicação do analfabetismo e a universalização (garantia de acesso) do atendimento escolar. Nesse contexto, é importante avançar no consenso sobre a retomada dos prazos para cumprimento das metas, que foram sumariamente retiradas no relatório do senador Vital do Rêgo Filho, na CCJ.

A Contee, entidade que representa quase um milhão de professores e técnicos administrativos que atuam no setor privado, enfatiza sua defesa de um PNE que assegure uma educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, bem como a regulamentação da educação privada com exigências legais idênticas às feitas para a educação pública.

Deliberações aprovadas após exposição e debate:

1- **incluir na educação infantil a luta pela contratualidade dos professores, a isonomia salarial da educação infantil com educação básica com base na titulação e a luta nacional de pisos nas convenções coletivas das entidades;**

2- **ter definição de estratégia de enfrentamento à precarização das condições de trabalho face à mercantilização da educação superior e definir estratégias nacionais para inserção dos sindicatos na discussão da implementação de plano de carreira para professores e técnicos administrativos;**

3- **realizar um seminário nacional de discussão do trabalho do professor do ensino superior;**

4- **exigir o respeito à legislação educacional pelo sistema "S" e estabelecer políticas para garantir a representação sindical dos professores e técnicos administrativos do sistema "S" aos Sinpros e Técnicos Administrativos, respectivamente;**

5- sobre o Domingo de Greve, definir novas estratégias para a regulamentação do trabalho extraclasse para garantir efetivamente o direito ao descanso;

6- pautar com urgência audiência no Tribunal Superior do Trabalho (TST) para apresentar a questão do trabalho extraclasse e o direito ao descanso;

7- sobre as condições de trabalho, foi falado que as pressões pelas quais passam os professores e técnicos no ambiente institucional crescem em ritmo acelerado. Com vistas ao lucro e à competição entre as instituições de ensino, os professores e técnicos têm sobrecarga que leva ao adoecimento. Além desse aspecto, prolifera nas instituições a instalação de câmeras de vigilância em salas de aula, salas de convivência dos trabalhadores. Com isso, propôs-se que a Contee precisa orientar as entidades filiadas à criação de grupo multidisciplinar para acolher os profissionais em sofrimento causado no ambiente educacional, bem como buscar, junto aos conselhos de educação, a normatização a fim de orientar os sistemas de ensino a não utilizar câmera nas salas de aula e locais de reserva de privacidade;

8- criar grupo de trabalho que proponha políticas em defesa dos aposentados;

9- o Pibid – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, promovido pelo MEC/Capes, é uma experiência importante para incentivar os estudantes universitários que fazem os cursos de licenciatura a se habituarem e acumularem experiência na prática docente. Em seus objetivos, o programa elenca a intenção de aperfeiçoar a prática docente e valorizar a formação de professores, promovendo a inserção de estudantes no contexto das escolas públicas, tendo em vista a boa aplicação da teoria nas práticas pedagógicas. No entanto, nota-se que é preciso ter cuidado, e refletir como esse estímulo à docência é colocado para os bolsistas do programa. A bolsa tem um valor pequeno (R$ 400) e, em alguns casos, o estudante é colocado dentro de sala de aula de uma maneira muito vaga, causando desmotivação e prejudicando o interesse pelo magistério, começando pelo valor da bolsa e pelos casos de precarização. Assim, é ideal que a Contee acompanhe e opine sobre o Pibid, para, assim, contribuir para a formação de jovens professores que estão cursando as licenciaturas;

10- que a Contee realize um encontro com os delegados eleitos na conferência e que este evento seja subsidiado pela Contee (com destaque para que se possa também buscar formas de financiamento).

ção: contra
ização e pelo direito ao descanso
Bahia | 2013
CUT
contee
fitraeec
O PROFESS
contee
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino

contee
XVI CONSIND
Valorização profissional dos(as) trabalhadores(as) em
educação: contra a terceirização e pelo direito ao descanso
Salvador | Bahia | 2013

SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA DA CONTEE

SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA DA CONTEE

A proposta estabelece uma combinação de dois critérios de contribuição: **a Contribuição Sindical e o número de associados**. Isso é proposto para que os sindicatos associados não precisem mais fornecer seus balanços à Contee, além de garantir um maior controle dos dados. Além disso, o que deve contar mesmo é a sintonia e o compromisso das entidades com a Confederação que construímos, a fim de capacitá-la para que desempenhe seu papel na conjuntura e cumpra com determinação as deliberações aprovadas nas suas instâncias.

Visando a promover adequações e maior transparência na política de sustentação financeira de nossa Confederação, propomos:

1- recolher mensalmente, de janeiro a dezembro, um valor fixo por associado de no mínimo R$ 0,15 e no máximo R$ 0,22, ou seja: de zero a 500 sócios, R$ 0,15; de 501 a 2 mil sócios, R$ 0,16; de 2.001 a 5 mil sócios, R$ 0,18; de 5.001 a 20 mil sócios, R$ 0,20; e acima de 20.001 sócios, R$ 0,22, corrigidos anualmente pelo INPC **no mês de março**, com o primeiro pagamento em janeiro de 2014, **sendo a primeira correção no mês de março de 2015**;

2- **os sindicatos pagarão a mensalidade do mês de maio acrescida do correspondente a 1,5% (um e meio por cento) de sua arrecadação resultante da Contribuição Sindical do ano anterior;**

3- as federações contribuirão na razão de 3,5% do total de sua receita proveniente das mensalidades sociais ou similares, **exceto a proveniente da Contribuição Sindical**;

4- as entidades sindicais que contribuírem diretamente para a CUT gozarão da prerrogativa da realização do encontro de contas, quando serão feitas as devidas compensações;

5- saldar, na forma e no prazo estipulados pela Contee, eventuais débitos constatados e colocar à disposição da Contee, sempre que solicitado pela Diretoria Executiva, toda e qualquer documentação considerada necessária para seu controle e comprovação;

6- o número de associados, nos casos de ampliação de seu quadro, considerados para efeito de participação nos Consinds e Conatees, não poderá ser superior à taxa de crescimento dos associados dos últimos 12 meses;

7- para os novos sindicatos só será admitida a não contribuição para a Contee se comprovada a inexistência de arrecadação. Após 24 meses do registro da entidade em cartório, a não contribuição levará a entidade à condição de inadimplente, cabendo recurso à Diretoria Executiva.

Esta proposta está em consonância com um projeto de consolidação da nossa entidade nacional e com o compromisso por melhores condições de trabalho e salário das categorias que representamos, com a regulamentação do setor privado da educação e por uma sociedade mais justa. Protagonizar essas ações implica na sustentação, de forma concreta, de nosso projeto coletivo: a Contee.

rização profissional dos(as) trabalhadores(a
o: contra a terceirização e pelo direito ao d
Salvador | Bahia | 20
contee
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino

MOÇÕES APROVADAS

Moção de apoio:

"A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, por intermédio do seu XVI Conselho Sindical (Consind), reunido em Salvador – BA, de 25 a 27 de outubro, vem, com amparo do artigo 15 do seu Regimento Interno, submeter ao Plenário a seguinte Moção de Apoio aos Professores, Técnicos Administrativos e Alunos da Universidade Gama Filho (UGF) e Centro Universitário da Cidade (UniverCidade), mantidas pelo grupo Galileo, Administradora de Recursos Educacionais do Rio de Janeiro; e da Faculdade Alvorada do Distrito Federal, mantida pelo grupo UniAndrade, com sede na cidade de Curitiba, tendo em vista as seguintes considerações: considerando que os Trabalhadores de Educação Superior e os Alunos dessas Instituições passam por momentos de extrema dificuldade no que tange aos seus direitos; considerando que a Faculdade Alvorada foi descredenciada pelo MEC, despejada pelos seus locadores e interditada pelo Procon-DF e vem ao longo dos últimos anos sonegando os direitos dos trabalhadores e dos alunos, com isso causando irreparáveis danos à educação e a comunidade acadêmica do Distrito Federal; considerando que os Trabalhadores e Alunos da UGF e UniverCidade travam, há anos, uma luta incessante contra as irregularidades trabalhistas e educacionais perpetradas pelo grupo Galileo Educacional; considerando que os Trabalhadores e Alunos dessas IES esperam uma contundente atuação do MEC com vistas a um sistema efetivo de sanções aos comportamentos nocivos das mantenedoras – Galileo e UniAndrade – que não contemple um mero fechamento das Instituições, lesando de modo irreversível essa comunidade acadêmica e acabem contribuindo para aprofundar os sinais de concentração oligopolística do segmento de Educação Superior Privada; considerando que o empresariado do segmento do setor privado vem transformando a educação em mercadoria; resolve apresentar essa Moção que manifesta a opinião das entidades dos Trabalhadores da Educação Privada do Brasil, pois entendem que esta situação crítica necessita de uma ação efetiva do poder público na busca de instrumentos de regulação do setor privado de ensino.

Sindicatos dos Profissionais do Rio de Janeiro e Brasília."

A moção foi aprovada por unanimidade.

Assinatura da CARTA ABERTA AO SENADO FEDERAL EM REPÚDIO À DECLARAÇÃO PRECONCEITUOSA DO SR. CLAUDIO DE MOURA CASTRO, que segue:

"Brasil, 28 de outubro de 2013.

As entidades e os movimentos da sociedade civil que participam dos debates para a construção do novo Plano Nacional de Educação (PNE), desde a I Conae (Conferência Nacional de Educação, 2010), manifestam seu repúdio e exigem retratação pública à "proposição" desrespeitosa apresentada pelo Sr. Claudio de Moura Castro, em audiência pública realizada no dia 22 de outubro de 2013, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Na ocasião, buscando reforçar seu argumento de que o PNE é inconsistente devido à participação da sociedade civil, o referido expositor sugeriu, em tom de deboche, que sua proposta ao plano seria oferecer "um bônus para as 'caboclinhas' de Pernambuco e do Ceará se casarem com os engenheiros estrangeiros, porque aí eles ficam e aumenta o capital humano no Brasil, aumenta a nossa oferta de engenheiros" (sic). Preconceituosa, a "proposição" é inadmissivelmente machista e discriminatória. Constitui-se em uma ofensa às mulheres e à educação brasileira, inclusive sugerindo a subjugação das mesmas por estrangeiros. Além disso, manifesta um preconceito regional e racial inaceitável, especialmente em uma sociedade democrática. Entendemos que a diversidade de opiniões não pode significar, de forma alguma, o desrespeito a qualquer pessoa ou grupo social. Compreendemos, ainda, que tal manifestação representa um desrespeito ao próprio Senado Federal, como Casa Legislativa que deve ser dedicada ao profícuo debate democrático, pautado pela ética e pelo compromisso político, orientado pelos princípios da Constituição Federal de 1988 e de convenções internacionais de Direitos Humanos. A elaboração do PNE, demandado pelo Art. 214 da Carta Magna, não deve ceder à galhofa, muito menos quando preconceituosa. Por esta razão, os signatários desta Carta esperam contar com o compromisso dos parlamentares e das parlamentares em contestar esse tipo de manifestação ofensiva aos brasileiros e às brasileiras. Nesse sentido, esperamos as devidas escusas do Sr. Claudio de Moura Castro, que com seus comentários discriminatórios desrespeitou profundamente nossa democracia e a sociedade".

A assinatura da carta foi aprovada por unanimidade.

Moção de apoio:

"A Contee, através da Plenária de Delegados do XVI Consind, realizado entre os dias 25 e 27 de outubro de 2013, na cidade de Salvador (BA), manifesta, através desta Moção, seu apoio ao 'Movimento em defesa da UEMG', que luta em defesa da Educação Pública, gratuita, de qualidade e voltada para um projeto de desenvolvimento social. Neste momento, este Movimento defende a absorção imediata de seis Fundações privadas de ensino superior, com transparência, participação democrática da sociedade e da comunidade acadêmica envolvida, garantindo-se dotação orçamentária suficiente para que a UEMG realmente possa atuar sobre o tripé ensino-pesquisa-extensão, sem atitudes eleitoreiras descompromissadas com os verdadeiros interesses da sociedade civil.

Salvador, 26 de outubro de 2013".

A moção foi aprovada por unanimidade.

contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino

Filiada a CEA, CPLP-SE, Fise e IE

Endereço: Setor de Rádio e TV – Sul Quadra 701 – Bloco 2 Sala 436 Ed. Assis Chateaubriand CEP 70340-906 Brasília/DF

Telefones: (61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mail: contee@contee.org.br **Portal:** www.contee.org.br